

Suzana Borges Viegas de Lima

Doutora e Mestre em Direito, Estado e

Constituição pela Universidade de Brasília (UnB)

Professora Adjunta de Direito Civil da Universidade de Brasília (UnB)

Advogada

O estatuto jurídico das relações homoafetivas



Gazeta Jurídica

Brasília

2015

1ª edição - 2015

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na publicação.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

L699c

Lima, Suzana Borges Viegas de, 1974-

O estatuto jurídico das relações homoafetivas / Suzana Borges Viegas de Lima. - 1. ed. - Brasília, DF : Gazeta Jurídica, 2015.

272 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 9788567426327

1. Casamento entre homossexuais. 2. Companheiros homossexuais - Estatuto legal, leis, etc. 3. União estável. I. Título.

15-21820

CDU: 347.61/.64

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

SCLS 111, Bloco C, Loja 22, Asa Sul
Brasília - DF - CEP: 70374-530

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
1. ELEMENTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA HOMOSSEXUALIDADE	9
1.1 A homossexualidade na Grécia Antiga e no Império Romano	9
1.1.1 O casamento homossexual em Roma	18
1.2 Homossexualidade na era cristã: perseguição e criminalização	19
1.3 Idade Média: a idade das trevas para a homossexualidade	21
2. O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS HOMOAFETIVOS NO BRASIL.....	25
2.1 A regulamentação legal dos direitos homoafetivos no mundo	25
2.2 O estado da arte: evolução e atual cenário jurídico dos direitos homoafetivos no Brasil.....	43
2.2.1 A jurisprudência anterior ao reconhecimento do casal homoafetivo como entidade familiar.....	43
2.3 O reconhecimento dos direitos homoafetivos pelo Supremo Tribunal Federal e a busca pela segurança jurídica- ADPF n. 132/RJ e ADI n. 4.277/DF	50

2.3.1	Desdobramentos práticos decorrentes da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal que confere status constitucional às uniões homoafetivas	57
2.3.2	A jurisprudência após o reconhecimento da constitucionalidade das uniões homoafetivas pelo STF e a falta de uniformidade na suposta garantia de direitos ...	59
3.	A REGULAMENTAÇÃO DA CONVERSÃO DA UNIÃO HOMOAFETIVA EM CASAMENTO E A INSTITUIÇÃO DO CASAMENTO HOMOAFETIVO DIRETO	65
3.1	A resolução n. 175 de 14 de maio de 2013 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e a regulamentação da conversão da união homoafetiva em casamento	69
3.2	A instituição do casamento homoafetivo direto por meio da Resolução n. 175/CNJ	72
3.3	A fragilidade da Resolução n. 175/CNJ	77
3.4	A (i)legitimidade do Conselho Nacional de Justiça para instituir o casamento homoafetivo direto	84
4.	AS UNIÕES HOMOAFETIVAS SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA	91
4.1	Segurança jurídica.....	94
4.2	As uniões homoafetivas e o princípio da segurança jurídica	100
4.3	A lei como garantia de segurança jurídica das relações homoafetivas.....	109
5.	O ESTATUTO IMPLÍCITO DOS DIREITOS HOMOAFETIVOS <i>VERSUS</i> O ESTATUTO JURÍDICO DAS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS	115
5.1	A família constitucionalizada como palco para um novo Estatuto das Famílias	116
5.2	A concretização do Estatuto Jurídico das Relações Homoafetivas.....	122

5.3 O Estatuto das Famílias – Projeto de Lei n. 2.285/2007	133
5.4 O novo Estatuto das Famílias - Projeto de Lei do Senado n. 470/2013	148
5.5 O Estatuto da Diversidade Sexual	157
CONCLUSÃO	171
REFERÊNCIAS.....	177
ANEXOS	185